

Novo projeto de Bernardo Cabral suprime a exigência de diploma

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília



O substitutivo que deve ser tornado público hoje, até as 17h, do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 57, centro, suprime a exigência de diploma específico para o exercício do Jornalismo. Ele retoma, quase literalmente, os dispositivos formulados no ano passado

pela Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos.

Embora a redação definitiva não tenha sido revelada, a Folha apurou que se propôs o princípio segundo o qual a lei não poderá impedir o livre exercício de profissões "vinculadas à expressão direta do pensamento e das artes".

Se comparado à proposta Afonso Arinos, o projeto do relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte apresenta uma pequena mudança formal: em lugar de um artigo acompanhado de dois

parágrafos, o princípio estará resumido num único parágrafo do artigo reservado aos Direitos e Garantias Individuais. Trata-se, aliás, de formulação para aquele capítulo proposto pelo chamado "Projeto Hércules", do grupo dos "moderados" (liderado pelo senador José Richa, PMDB-PR).

O fim da exigência do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão chegou a ser proposto em junho na Comissão dos Direitos e Garantias Individuais do Homem e da Mulher pelo senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), centro-esquerda,

relator daquele grupo, sendo no entanto derrotada por 37 a cinco votos.

Passando para o estágio da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral não chegou a evocar o diploma compulsório em seu primeiro projeto, anunciado em fins de julho. A omissão, segundo a Folha apurou, deveu-se à intervenção do deputado e jornalista Artur da Távola (PMDB-RJ), centro-esquerda, que atuou como porta-voz das entidades profissionais favoráveis à preservação da atual legislação sobre o diploma.

Jornalismo é 'técnica', diz Castello Branco

Bastam "seis meses" para que um formado em Direito adquira a técnica necessária para trabalhar numa redação de jornal. A afirmação poderia não passar de provocação gratuita aos defensores incondicionais do diploma específico para o exercício do Jornalismo, se não partisse de Carlos Castello Branco, 67, provavelmente o mais antigo e respeitado dos cronistas políticos de Brasília. Sua "Coluna do Castello", publicada desde 1962, primeiramente na "Tribuna da Imprensa" e depois no "Jornal do Brasil", não é apenas tradicionalmente bem informada, mas também um dos modelos do gênero.

Suas qualificações também incluem o exercício da presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (1977-80), justamente uma das entidades que tem exercido forte "lobby" no Congresso constituinte, para que a exigência do diploma não seja suprimida. Eis sua entrevista, feita ontem das 11h10 às 11h50, na sucursal brasileira do "Jornal do Brasil".

Folha — Com relação à exigência do diploma específico para o exercício da profissão, qual é hoje sua posição?

Carlos Castello Branco — Continuo, tanto quanto na época em que era presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, achando que o Jornalismo é uma técnica. É, como toda técnica de trabalho, aprende-se rapidamente. Bastam seis meses, por exemplo, para qualquer portador de um diploma de advogado.

Folha — E como fica, então, o currículo do curso de Jornalismo?

Castello — Ele é insuficiente. Precitaria, em lugar de se deter nas técnicas específicas, ampliar o universo cultural do estudante. A técnica, em si, não tem grandes segredos.

Folha — As escolas de Jornalismo, a seu ver, nivelaram por cima ou por baixo a qualificação dos novos profissionais?

Castello — Elas, em primeiro lugar, andaram o mercado de mão-de-obra que pode ser recrutada. Isso fez com que as redações tivessem uma alta rotatividade de profissionais. Eu agora tenho o privilégio de ter uma sala só para mim, aqui na sucursal do "Jornal do Brasil". Mas quando minha mesa estava na redação, era uma surpresa constante de caras novas. E quando o jornalista era fraco, ele acabava percorrendo todas as sucursais de Brasília, e acabava encaixado na EBN (Empresa Brasileira de Notícias), ou então na assessoria de algum ministério.



Carlos Castello dá entrevista na sua sala do "Jornal do Brasil", em Brasília

Folha — Mas tanto a EBN quanto as assessorias de imprensa exigem, também, o diploma específico para a contratação.

Castello — É verdade. Mas o fenômeno foi sempre mais amplo. Houve sempre uma vocação dos jornalistas em servir ao governo. São alguns "vocacionados". Antigamente, os jornais caracterizavam-se por maus salários. Havia, então, a necessidade de uma complementação. O mais fácil era entrar para a EBN ou suas precursoras, a Agência Nacional ou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, do "Estado Novo"). Era essa a maneira mais correta de se arranjar um segundo emprego, apelando para a administração pública. A menos correta era a "venda" do espaço que o jornalista tinha no jornal. Era o picareta... É uma maneira de ganhar dinheiro que a meu ver não existe mais na nova geração.

Folha — A exigência do diploma coibiu a picaretagem?

Castello — Os picaretas podem agir

com ou sem diploma. O que acaba com a picaretagem são os salários mais altos, que tornam mais seletivas as redações. Elas podem recrutar gente de nível mais qualificado.

Folha — Como é, a seu ver, essa qualificação: moral ou intelectual?

Castello — O picareta não tem nem uma nem a outra. O fato é que, quando o sujeito não tem um bom nível intelectual, é mais fácil deixar de ter um bom nível moral dentro da profissão.

Folha — E as escolas de Comunicações com isso?

Castello — Nesse aspecto, elas ajudaram a fazer com que o nível subisse, pela própria convivência com a universidade. Mas, em compensação, a legislação que tornou obrigatório o diploma de Jornalismo foi daninha. Veja você, o espaço que os jornais dão hoje à Economia. Por que os jornais não podem recrutar economistas formados? Um bom estudante de Economia, em três ou quatro meses, pode ter o domínio da técnica para redigir uma matéria.

Folha — O sr. tem 48 anos de carreira. As escolas de Comunicações têm um curso de quatro anos. E, agora, o sr. fala em três ou quatro meses. Que cronologia esquita...

Castello — ... pois eu era estudante de Direito, em Belo Horizonte, quando meu pai me comunicou que não poderia mais me mandar mesada. Então fui trabalhar num jornal, conseguindo uma brecha para fazer um estágio. Naquela época havia gente de alto e baixo nível intelectual. Os que tinham melhor nível e caráter ascendiam na profissão.

Folha — Cite, por favor, alguns nomes dos que ascenderam em seu círculo imediato de trabalho.

Castello — Otto Lara Resente, Janio de Freitas, Evandro Carlos de Andrade, Pompeu de Souza (senador pelo PMDB-DF, atualmente), Ferreira Gullar, Carlinhos de Oliveira... nenhum diplomado em Jornalismo.

Folha — Em 1961, há pouco mais de 27 anos, o sr. era assessor de imprensa do presidente Jânio Quadros. Data daquela época um decreto-lei, não cumprido por razões objetivas, estipulando a obrigatoriedade do diploma específico para o exercício do Jornalismo. Como foi?

Castello — Ah, nem me lembro. Sei apenas que o decreto-lei não poderia ser aplicado, porque em muitas cidades não havia escola de Jornalismo, e mesmo assim os jornais precisavam sair. A realidade não poderia ser contrariada.

Folha — Mas na época houve discussão entre sindicatos, nas redações?

Castello — A categoria sempre discute, mas naqueles tempos não da maneira de hoje, em que a discussão é de se manter o privilégio do diploma. É manter fechada a profissão a médicos, economistas e outros profissionais que poderiam dar uma colaboração à imprensa. Os grandes jornais precisam disso. Por que os escritores não podem fazer um caderno de literatura? Precisa ter diploma de jornalista, limitando-se a ser apenas um colaborador? Vinícius de Moraes foi editor do "Suplemento Literário" do jornal "A Manhã" (RJ). Foi um grande sucesso literário na época. Depois ele transferiu o caderno para "O Jornal". Ele hoje não poderia exercer esse posto de coordenadoria. Vinícius era formado em Direito e era diplomata.

Folha — Em resumo, e falando de como o jornalista terá maior qualificação?

Castello — Pelo ensino universitário, mas não necessariamente pelo curso de Jornalismo. (JBN)